



**COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E INCLUSÃO SOCIAL EM FRANCA/SP:
limites, desafios e propostas de políticas públicas**

Afonso Gonçalves de Oliveira

afonsoago@gmail.com

Marinês Santana Justo Smith

marinessmith@facef.br

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

sheilafacef@gmail.com

Palavras-chave: Competência informacional. Políticas públicas. Inclusão social. Vulnerabilidade social.

1. INTRODUÇÃO

A competência informacional configura-se como habilidade essencial no cenário contemporâneo, em que o acesso a informações de qualidade é condição para inclusão social e exercício da cidadania. Em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, sobretudo entre populações vulneráveis, a capacidade de acessar, avaliar e utilizar informações torna-se fator decisivo para ampliar oportunidades de desenvolvimento humano e reduzir disparidades socioeconômicas. Essas populações caracterizam-se por fragilidade econômica, social e política, baixa renda, acesso restrito a serviços públicos e maior risco de exclusão (IPEA, 2015; ONU, 2017). No plano internacional, a Agenda 2030 da ONU, especialmente o ODS 10, estabelece como meta a redução das desigualdades dentro e entre países, constituindo referência para o debate sobre vulnerabilidade social (ONU, 2017).

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

O estudo investiga de que forma a competência informacional pode ser mobilizada como política pública em Franca/SP para reduzir desigualdades e promover inclusão social. Parte-se da hipótese de que políticas voltadas ao desenvolvimento dessa competência ampliam o acesso à informação, fortalecem a cidadania e reduzem desigualdades em contextos vulneráveis. O objetivo geral é analisar como políticas públicas locais podem ser articuladas para esse fim, propondo como resultado ações práticas, como oficinas e materiais educativos, capazes de fortalecer a comunicação entre cidadãos e poder público.

1.2 Justificativa

A pesquisa contribui ao evidenciar a competência informacional como instrumento de inclusão social e ao oferecer subsídios para formulação de políticas públicas municipais voltadas a populações vulneráveis, em consonância com as metas do ODS 10 (ONU, 2017).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A competência informacional constitui elemento central para o desenvolvimento humano no século XXI, sobretudo em sociedades marcadas por desigualdades socioeconômicas. Definida como a capacidade de identificar, acessar, avaliar e utilizar informações de modo crítico e ético (Vitorino, 2022; Belluzzo, 2018), vai além da dimensão técnica, envolvendo empoderamento ético, cultural e social. No Brasil, sua promoção por

políticas públicas representa tanto um desafio quanto oportunidade para enfrentar barreiras estruturais que perpetuam desigualdades.

Sen (2000) compreende o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas, entre elas o acesso à informação, expressão e participação. Essas liberdades constituem simultaneamente meios e fins do desenvolvimento, o que torna a competência informacional uma estratégia para ampliar capacidades individuais e coletivas, sobretudo em contextos vulneráveis. Esse entendimento converge com a Agenda 2030, em especial o ODS 10, que busca reduzir desigualdades dentro e entre países (ONU, 2017; Silva; Damasceno; Vitorino, 2023). Nesse quadro, a inclusão informacional ultrapassa o acesso a dispositivos, exigindo políticas que capacitem os indivíduos a utilizar a informação de maneira crítica.

No campo das políticas públicas, Secchi (2012) ressalta a importância da participação cidadã e da acessibilidade informacional na formulação de ações governamentais. Entretanto, estudos como os de Rothberg e Liberato (2013) apontam limitações na comunicação pública brasileira, como a fragmentação e a opacidade dos portais oficiais. Em Franca/SP, dados do Censo 2022 (IBGE, 2022) revelam altas taxas de escolarização (98,98% entre 6 e 14 anos), mas queda de desempenho no IDEB (de 7,0 para 5,6), além de vulnerabilidades persistentes, como a renda de até meio salário mínimo para 27,4% da população (IBGE, 2010). Tais indicadores demonstram que barreiras informacionais decorrem não apenas de fatores tecnológicos, mas também de desigualdades estruturais.

Nesse sentido, a competência informacional deve ser discutida em articulação com transparência governamental, comunicação pública e justiça social. O Atlas da Vulnerabilidade Social (IPEA, 2015) mostra como desigualdades regionais impactam o acesso à informação, exigindo políticas integradas que considerem múltiplas dimensões da exclusão social. Metodologicamente, Bardin (1977) contribui com a análise de conteúdo, útil para identificar lacunas e avanços nas políticas de inclusão informacional.

Assim, a fundamentação teórica articula competência informacional, desenvolvimento humano e políticas públicas, oferecendo base sólida para compreender o contexto de Franca/SP e apontar caminhos para sociedades mais equitativas e informadas.

3. METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa e exploratória, entendida como aquela que busca maior familiaridade com o problema e permite construção de hipóteses de forma flexível, apoiada em levantamento bibliográfico e análise documental (Gil, 2017). Segue-se Bardin (1977), para quem a análise qualitativa fundamenta-se na identificação de temas e significados, não restrita à frequência de ocorrência.

A pesquisa documental teve como objetivo compreender como políticas públicas locais vêm sendo mobilizadas para fomentar a competência informacional e a inclusão social em Franca/SP. Foram consultados portais oficiais da prefeitura, relatórios e legislações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e dados do Censo 2022 (IBGE).

A seleção dos documentos obedeceu a três critérios: pertinência temática (competência informacional, políticas públicas, inclusão ou vulnerabilidade social), recorte temporal entre 2015 e 2024, e disponibilidade em bases públicas institucionais, como IPEA e ONU Brasil.

Entre as limitações, destaca-se a escassez de documentos atualizados nos portais da Prefeitura de Franca, situação que compromete a transparência e reflete dificuldades estruturais da comunicação pública no país (Rothberg; Liberato, 2013).

A análise foi conduzida segundo Bardin (1977), permitindo interpretações sistemáticas a partir de registros oficiais. Os documentos foram organizados em dois grupos: (i) políticas públicas e inclusão social, com diretrizes e programas voltados à cidadania; e (ii) competência informacional e comunicação pública, destacando o acesso à informação como elemento de inclusão. Para a busca, aplicaram-se palavras-chave como “competência informacional”, “políticas públicas”, “inclusão social”, “vulnerabilidade social”, “ODS 10” e “Franca/SP”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental, composta por relatórios do IPEA (2023; 2024), pelo Atlas da Vulnerabilidade Social (IPEA, 2015), pelos ODS da ONU (2017; 2023) e pelo Censo 2022 (IBGE), revelou três achados principais: dificuldades no acesso a dados públicos atualizados, ausência de políticas específicas voltadas ao desenvolvimento da competência informacional e persistência de desigualdades socioeconômicas que limitam a efetividade da comunicação pública. Esses elementos permitem compreender os desafios e as oportunidades das políticas locais no fortalecimento da competência informacional.

4.1 Dificuldades no acesso a dados públicos

A baixa disponibilidade de informações atualizadas em nível municipal compromete a transparência e restringe a participação cidadã. Estudos apontam que portais governamentais disponibilizam apenas fração reduzida dos dados necessários para caracterizar políticas públicas (Rothberg; Liberato, 2013). Em Franca/SP, embora haja bases importantes, como o Censo 2022 e o IDEB 2023, parte das fontes apresenta defasagem, limitando sua apropriação crítica pela população.

4.2 Relevância da competência informacional

Os resultados reforçam o papel da competência informacional na redução das desigualdades e na promoção da cidadania, embora não tenham sido identificadas políticas municipais específicas nessa área. A literatura indica que ações locais são fundamentais para ampliar capacidades informacionais (Silva; Damasceno; Vitorino, 2023). Em Franca/SP, vulnerabilidades se expressam na queda do IDEB para 5,6 (em uma escala de 0 a 10) nos anos finais do ensino fundamental e na concentração de 27,4% da população com renda de até meio salário mínimo (IBGE, 2022).

4.3 Limitações no contato com entidades locais

A ausência de documentos atualizados de órgãos como o Conselho Municipal da Condição Feminina e os CRAS restringiu o acesso a informações sobre vulnerabilidades específicas, evidenciando a necessidade de maior transparência e sistematização na disponibilização de informações por parte das entidades locais, sempre em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

4.4 Propostas de aplicação

Com base nos resultados, o estudo apresenta ações práticas para o fortalecimento da competência informacional em Franca/SP:

- Oficinas de competência informacional: capacitar cidadãos para acessar e avaliar informações, em parceria entre Secretaria de Assistência Social, escolas, ONGs e CRAS.

- Cartilhas educativas: reunir informações sobre direitos e serviços sociais em material acessível, distribuído em formatos físico e digital.
- Articulação com o SUAS: treinar agentes dos CRAS como multiplicadores de competências informacionais e criar fluxos intersetoriais de comunicação.
- Parcerias locais: envolver universidades, ONGs e empresas em iniciativas de responsabilidade social, ampliando a rede de apoio e a sustentabilidade das ações.

Essas propostas dialogam diretamente com o objetivo do estudo ao oferecer caminhos de aplicação prática para reduzir desigualdades. Embora as limitações apontem fragilidades estruturais, as iniciativas sugeridas reforçam a competência informacional como direito fundamental, indispensável ao exercício da cidadania e ao acesso equitativo à informação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou como políticas públicas locais podem promover a competência informacional e contribuir para a inclusão social em Franca/SP. A investigação revelou desafios estruturais, como ausência de dados atualizados e dificuldades de articulação com entidades locais, fatores que limitam a efetividade das políticas.

A fundamentação teórica, apoiada em Sen (2000) e no ODS 10, reforçou a competência informacional como direito fundamental e condição para a redução das desigualdades. As propostas apresentadas (oficinas, cartilhas, articulação com o SUAS e parcerias locais) oferecem caminhos práticos para enfrentar barreiras, ampliar a participação cidadã e fortalecer a comunicação pública.

Embora as limitações apontem fragilidades, elas devem ser vistas como oportunidades para aprimorar a transparência e a acessibilidade das políticas. A pesquisa contribui para o debate acadêmico e prático, indicando que o fortalecimento da competência informacional em populações vulneráveis é etapa indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e informada.

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

_____. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2023. (Boletim de Políticas Sociais, n. 30). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 20 set. 2025.

_____. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2023. (Boletim de Políticas Sociais, n. 31). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 20 set. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: cenários e espectros. **Memória e Informação**, v. 2, n. 1, p. 29-50, jan./jun. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: IPEA, 2015. 240 p. ISBN 978-85-7811-254-7. Disponível em: file:///C:/Users/sheila.UNIFACEF/Downloads/Atlas_da_vulnerabilidade_social_nas_regioes_metropolitanas.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: Franca, SP**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: As Nações Unidas no Brasil**. Brasília: ONU Brasil, 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Sustainable Development Goal 10: Redução das desigualdades**. Brasília: Nações Unidas no Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>. Acesso em: 19 set. 2025.

ROTHBERG, D.; LIBERATO, F. P. Comunicação pública, transparência e políticas públicas: avaliação de informações em portais brasileiros de governo. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, Málaga, v. 3, n. 6, p. 69-96, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5783/RIRP-6-2013-05-69-96>. Disponível em: <http://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrpp/article/view/241>. Acesso em: 21 set. 2025.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. L. A.; DAMASCENO, F. S.; VITORINO, E. V. A competência em informação e a Agenda 2030: um foco na população LGBTI+ pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10. **Biblionline**, João Pessoa, v. 19, n. 4, p. 39-52, 2023.

VITORINO, E. V. Indicadores para a competência em informação no Brasil: virtudes, tendências e possibilidades. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 7-36, abr./jun. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/39996>. Acesso em: 22 set. 2025.